

## CORPO-VOZ NA POÉTICA INDÍGENA - OUTRO MODO DE PENSAR A HISTÓRIA DO “ÍNDIO” NA EDUCAÇÃO

Débora Francisca de Lima Thomazini<sup>1</sup>

Lúcio Álvaro Marques<sup>2</sup>

DOI: 10.29327/2282886.8.1-13

**Resumo:** Este artigo propõe algumas reflexões sobre a imagem do indígena na Educação, na literatura indianista brasileira, e a importância da inserção da literatura escrita pelos próprios indígenas. O diálogo proposto envolve a história do apagamento do protagonismo dos povos originários e a importância da escrita indígena que retoma a história em vozes ancestrais. A partir dos anos 70, com o Movimento Indígena, a escrita desses autores começa a adquirir importância porque há um rompimento da caricatura do “índio de tinta e papel” que ainda hoje figura nos livros didáticos. É importante encontrar uma nova compreensão, outra racionalidade a partir dos povos originários, uma vez que a modernidade não conseguiu modificar totalmente a mentalidade de subalternidade desde o século XVI sobre esses povos. A Educação tem como desafio a construção de novas experiências pedagógicas com compreensões atualizadas sobre esses povos. A partir da importância da inserção da literatura indígena, como instrumento pedagógico, busca-se evidenciar como essas produções literárias provocam fissuras no sistema literário tradicional. Este trabalho tem como aporte teórico-pedagógico um estudo bibliográfico, de cunho qualitativo. Para ilustrar essas questões, recorre-se a recortes de obras indianistas em Gonçalves Dias e José de Alencar e analisam-se os poemas “Curando feridas”, “Versos insubmissos” e “Corporeidade” de Eva Potiguara, no livro *Abyalyala Membyra Nhe'Engara – Cânticos de uma filha da terra* (2022). Esta proposta está fundamentada, principalmente, na perspectiva própria escrita de indígenas, como na análise da cultura indígena por escritores como Krenak (2019), Graça Graúna (2013), Eliane Potiguara, dentre outros.

**Palavras-chave:** literatura indígena; educação; indígenas na literatura; resistência na arte.

## VOZ CUERPO EN LA POÉTICA INDÍGENA - OTRA MANERA DE PENSAR LA HISTORIA DEL “INDIO” EN LA EDUCACIÓN

**Resumen:** Este artículo propone algunas reflexiones sobre la imagen del indígena en la Educación, en la literatura indianista brasileña y la importancia de incluir literatura escrita por los propios indígenas. El diálogo propuesto involucra la historia de la borrada del protagonismo de los pueblos originarios y la importancia de la escritura indígena que retoma la historia en voces ancestrales. A partir de la década de 1970, con el Movimiento Indígena, la escritura de estos autores empezó a adquirir importancia porque se produjo una ruptura con la caricatura del “ indígena de tinta y papel” que aún hoy aparece en los libros didácticos. Es importante encontrar una nueva comprensión, otra racionalidad de los pueblos originarios, ya que la modernidad no ha podido cambiar por completo la mentalidad de subordinación desde el siglo XVI a respecto de estos pueblos. El desafío de la educación actual es construir nuevas experiencias pedagógicas con conocimientos actualizados. A partir de la importancia de incluir la literatura indígena como instrumento pedagógico, buscamos resaltar cómo estas producciones literarias provocan fisuras en el sistema literario tradicional. Este trabajo tiene como aporte teórico-pedagógico un estudio bibliográfico, de carácter cualitativo. Para ilustrar estas cuestiones, utilizamos extractos de las obras indianistas de Gonçalves Dias y José de Alencar y analizamos los poemas “Curando heridas”, “Versos insubmissos” y “Corporeidade” de Eva Potiguara, en el libro *Abyalyala Membyra Nhe'Engara – Canciones de una hija de la tierra* (2022). Esta propuesta se basa principalmente en la perspectiva de la escrita

<sup>1</sup> Mestra em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM. Graduada em Letras - Português e Inglês pela Fundação Comunitária Educacional e Cultural Patrocínio\_MG. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura e Língua Portuguesa. Especialista em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Revisora de textos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-1251-5197> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7156494247727436>

<sup>2</sup> Professor do Magistério Superior na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Atua no Departamento de Filosofia e Ciências Sociais (DFICS) e no Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação (PPG Educação). Tem Pós-Doutorado em Filosofia Brasileira pela Universidade do Porto / Portugal (UPORTO/2015). Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS/2012-2014). Bacharel licenciado em Filosofia pela PUC-MINAS (1999-2001). Tem experiência nas áreas de Filosofia Brasileira e Metafísica. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-7571-0977>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1088648968757632>

indígena, como el análisis de la cultura de los mismos por parte de escritoras como Krenak (2019), Graça Graúna (2013), Eliane Potiguara, entre otros.

**Palabras clave:** literatura indígena; educación; pueblos indígenas en la literatura; resistencia en el arte.

## **VOICE- BODY IN INDIGENOUS POETICS - ANOTHER WAY OF THINKING ABOUT THE INDIGENOUS HISTORY IN EDUCATION**

**Abstract:** This article proposes some reflections on the image of the indigenous in Education, in Brazilian indigenous literature, and the importance of including literature written by the indigenous people themselves. This proposed dialogue involves the history of the erasure of the protagonism of these native peoples and the importance of indigenous writing that takes up history in ancestral voices. From the 1970s onwards, these authors' writing became vital thanks to the Indigenous Movement because it ruptured the caricature of the “ink and paper Indigenous” that still appears in books today. Finding a new understanding, another rationality to paint the original people, is crucial. In contrast, modernity has not entirely changed the mentality of subordination regarding these peoples, since the 16th century. Nowadays, the challenge of education is to build new pedagogical experiences with updated understandings of these people. Based on the importance of including indigenous literature as a pedagogical instrument, we seek to highlight how these literary productions cause fissures in the traditional literary system. This work has, as its theoretical-pedagogical contribution, a bibliographical study of a qualitative nature. To illustrate these issues, we use excerpts from Indigenous works by Gonçalves Dias and José de Alencar and analyze the poems by Eva Potiguara in the book *Abyalyala Membyra Nhe'Engara – Cânticos de uma filha da terra* (2022). This proposal is based mainly on the perspective of indigenous writing and the analysis of indigenous culture by writers such as Krenak (2019), Graça Graúna (2013), Eliane Potiguara, among others.

**Palavras-chave:** indigenous literature; education; indigenous authorship; resistance.

### **INTRODUÇÃO**

O que se propõe neste artigo é refletir sobre a trajetória indígena, primeiramente, por meio da ficcionalização desses povos, porque acreditamos que a história e ficcionalidade complementam-se no ideal eurocêntrico. Retomamos, também, a contextualização histórica, uma vez que é a partir dela que surge a ficcionalidade. Discorreremos sobre os povos indígenas, desde o “índio de tinta e papel”, celebrado no dia do índio, à figura exótica: ora servil e amável, como representante da nacionalidade brasileira, ora um ser selvagem, primitivo, sem alma. A imagem desses povos foi criada sob essa dualidade. Veremos também como essa imagem romantizada e ambígua é revisitada na escrita indígena, tendo aqui como exemplo os poemas “Curando feridas”, “Versos insubmissos” e “Corporeidade”, de Eva Potiguara, publicado no livro *Abyalyala Membyra Nhe'Engara – Cânticos de uma filha da terra* (2022).

Buscamos para este estudo a visão da história na obra: *Os índios na História do Brasil* (2010), da escritora Maria Celestino de Almeida; e como esse “índio” servil/selvagem foi transplantado para a ficção romantizada. Por fim, veremos como a expressão da literatura, escrita por indígenas, recupera o modo de pensar legitimamente indígena, antes personagens fadados ao extermínio heróico em favor do colonizador, e a partir dos anos 70, mesmo que timidamente, como protagonistas por meio do Movimento indígena, o que se concretiza nos

anos 90 por meio da literatura. A pergunta norteadora dessa reflexão é: por que, apesar da Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o estudo sobre a cultura indígena, ainda este indígena é visto como um “outro”, distante e caricatural? Será que o reconhecimento desses povos como formadores da cultura brasileira torna-nos, como cidadãos brasileiros, mais primitivos e atrasados?

Retomemos a história da colonização para situar nosso estudo. Podemos perceber, historicamente, que a dizimação dos indígenas, como também a participação de alguns desses povos nesse processo de colonização, fez parte de uma grande engrenagem na América. As guerras dos povos indígenas, dos colonizadores, tingiram de tinta vermelha a história da humanidade e, neste percurso, não podemos sintetizar esse período com tratamentos simplistas entre homens bons e maus.

As disputas, o jogo de poder, de submissão, a busca por riquezas, a escravização foi o fio condutor que legitimou o colonizador a dispor sobre o corpo do indígena e este último soube “negociar” sua vivência, seja estando do lado do colonizador contra outros povos também indígenas, como modo de sobrevivência, seja por meio da guerra contra o colonizador. O que há em comum nessas duas atitudes é que ambas, cada uma a seu jeito, é um modo de resistência.

A Lei nº 11.645/2008 veio para incluir a cultura indígena no meio acadêmico, porém, percebemos que ainda há um grande percurso para a dissipação do preconceito e o respeito à alteridade. Com isso, discorreremos sobre a importância da narrativa ancestral. Este trabalho tem como aporte teórico-pedagógico um estudo bibliográfico, de cunho qualitativo, em que se privilegia a escrita de autores indígenas, uma vez que o intuito é rever a imagem do indígena – a visão caricatural. Buscamos para este estudo escritores que tratam sobre a história do Brasil como Maria Celestino de Almeida, sobre a filosofia indígena e escrita indígena como em Daniel Mundurku, Ailton Krenak, Graça Graúna, Eva Potiguara, Eliane Potiguara, dentre outros autores.

## **1. O ÍNDIO LITERÁRIO ROMANTIZADO – UMA INVENÇÃO NACIONALISTA**

No estudo de literatura em sala de aula, podemos perceber a presença do cânone brasileiro, que se trata, em linhas gerais, de uma coleção de textos consagrados ao longo do tempo. Atentamos aqui ao estilo romântico, em que se criou a imagem do índio idealizado. Temos recortes dos mesmos textos, dos mesmos autores, salpicados nos livros didáticos, com perguntas de interpretação e a inserção no período histórico. Como esses textos são selecionados, quais os critérios de seleção? Para entendermos isso, é necessário,

primeiramente, que entendamos o que se estabelece como sendo literatura. Na obra *Formação da literatura brasileira*, Candido distingue as chamadas “manifestações literárias”, que são manifestações pontuais, em que não há um embasamento distinto que possa transformar essa manifestação em literatura, propriamente dita. Para que seja considerada literatura deve-se apresentar uma unicidade nas obras, um embasamento em comum.

Segundo a definição de Candido, a literatura pode ser considerada quando se trata de “um sistema de obras ligadas por denominadores comuns que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase” (Candido, 2000, p. 23). Nesse sentido, podemos compreender a forte ideia do nacionalismo como uma unidade comum, embora o autor critique o extremismo da “brasilidade pitoresca”, em que se excluem as tendências universalistas. O crítico reforça a importância da identificação do conceito de literatura brasileira a partir do modelo nacionalista romântico. O nacionalismo brasileiro está estreitamente entrelaçado ao estilo romântico e a partir desse movimento é que se cria a visão do herói nacional - o índio. Nas palavras do crítico, ao discorrer sobre o índio, “preocupou-se sobremaneira em equipará-lo qualitativamente ao conquistador, realçando ou inventando aspectos do seu comportamento que pudessem fazê-lo ombrear com este - no cavalheirismo, na generosidade, na poesia” (Candido, 2000, p. 19).

A partir dessa brasilidade, é que se cristaliza o romantismo, e essa ideia de nacionalismo é a que veremos como obras intituladas “indianistas” que povoaram o imaginário à época. O que se propõe aqui não é descontextualizar um período, uma época, mas mostrar que é necessário revisitar concepções pretéritas para se repensar a atualidade, principalmente o preconceito que vai se cristalizando com o passar do tempo. Na obra *Uma poética do genocídio*, de Antônio Paulo Graça, temos vários recortes desse “índio do romance brasileiro” que foi escolhido para representar o herói nacional. De acordo com a caracterização desse herói, representado nos romances, suas características físicas e de caráter, a relação que é estabelecida com o colonizador, as nuances na narrativa que demonstram como será seu destino mostram-se como “estratégias narrativas que configurariam uma espécie de gramática poética de matiz genocida” (Graça, 1998, p. 19).

O indígena, nas tintas românticas, prestava-se a legitimar uma literatura nacional, mantinha intacta a classe burguesa, uma vez que se voltava para o “protagonismo indígena”, inserindo o crime contra o corpo indígena, sua cultura, seus ritos, como apenas uma estratégia narrativa para coroar o protagonismo desses povos. São afastados das principais narrativas aspectos perturbadores como o genocídio, o preconceito, a aculturação. Ao invés disso, foca-se no que o indígena “recebe” ao entrar em contato com a cultura “civilizada”. Segundo

**Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 8, n. 1, 2024, p. 257-270**

Graça, “os heróis da cultura ocidental têm o destino previamente traçado, de acordo com o gênero em que estão representados, mas o herói indígena está condenado a um destino adverso, independentemente do gênero em que se apresenta” (Graça, 1998, p. 29). Como exemplo, podemos trazer para este debate um conhecido poema de Gonçalves Dias, “Marabá”; e também a protagonista Iracema cuja personagem nomeia uma obra romanesca de José de Alencar.

Em “Marabá” o fio condutor é a solidão da mulher indígena mestiça. Sua existência é solitária devido às suas características físicas. Temos a índia idealizada, mas sua beleza é ambígua. Há um diálogo no poema entre o eu poético e outro indígena e, apesar de reconhecer sua beleza, como os olhos da cor de safira, a pele alva como os lírios, cabelos loiros anelados, o companheiro busca olhos reluzentes e pretos, a cor de jambo, cabelos pretos e retintos. Todo o poema é construído tendo como base a mestiçagem. A beleza da jovem é exaltada nos versos para logo em seguida rejeitá-la por ser marabá (mestiça). A protagonista está fadada à solidão. Na última estrofe do poema, temos a confirmação de que sua vida será solitária: “Jamais um guerreiro da minha arazóia / Me desprenderá:/ Eu vivo sozinha, chorando mesquinha, /Que sou Marabá!”

Iracema, diferente de Marabá, é uma índia que se encontra totalmente integrada ao seu meio, há uma harmonia entre a protagonista e a natureza. Com a chegada de Martim, um navegante português, e o amor que ele lhe provoca, as mudanças em Iracema vão se fazendo presentes. O amor construído pelo casal está intrinsecamente relacionado às perdas sofridas pela filha de Tupã.

O que acontece de diferente entre Marabá e Iracema é a natureza do abandono. Marabá é solitária porque não vê concretizado o sentimento por um dos seus, ela não é considerada digna de amor por um de seus pares, por ser mestiça. No caso de Iracema, é ela quem abandona suas tradições, sua tribo, distancia-se da relação próxima com a natureza que pode ser sintetizada pelo canto de seu nome pela ará (arara). Paulatinamente, a protagonista vai sendo abandonada e consumida pela tristeza até a morte. O fruto do amor de Iracema e Martim, que prefere a guerra à Iracema, durante toda a narrativa, fica com o estrangeiro. Segundo Graça, trata-se “do embelezamento do horror, uma estratégia estética” (Graça, 1998, p. 47).

Essas narrativas são trabalhadas no ensino médio como exaltação e idealização do índio, o protagonismo, a importância desses povos na colonização brasileira. Esse modo de se pensar a literatura é fruto de um período da história e, devido a isso, deve ser contextualizado. Todavia, é necessário revisitar tais obras e refletir sobre elas e o impacto que provocam em

**Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 8, n. 1, 2024, p. 257-270**

nossos dias. É necessário trazer para o espaço acadêmico a visão indígena sobre a colonização do Brasil, o outro lado da história – a invasão. É com base nas diferenças, na alteridade, que os leitores poderão desenvolver uma visão mais crítica ao lerem essa pluralidade de textos literários.

## 2. ATUALIZANDO A HISTÓRIA INDÍGENA

Segundo Almeida (2010), a dualidade em que se vê a figura do indígena é histórica. A princípio, essa dualidade estava em dividi-los em amigos ou inimigos da coroa, servís, principalmente junto aos jesuítas; ou sanguinários, rivais entre tribos e contra os colonizadores. Essa dualidade entre indígenas aculturados e puros permanece ainda na atualidade, uma vez que está intrinsecamente relacionada ao território. Ao aderirem aos costumes da modernidade, é comum ouvir que “deixam de ser indígenas”, logo, tem-se a ideia da perda da terra.

Para se conhecer o histórico de luta dos povos indígenas é necessário retomarmos alguns fatos que corroboram para a demonstração da resistência desses povos a partir dos anos 1970, em que se começa a idealização de assembleias indígenas. O intuito deste artigo não é o detalhamento de todo o processo, mas um recorte do desdobramento dos principais fatos que desaguam no protagonismo indígena a partir deste ponto.

Podemos citar como exemplo, em 1910, a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Em 1966, a extinção da SPI e a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). No ano de 1972, foi criado um órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que, a partir de 1974, realizou assembleias com lideranças indígenas. É claro que havia uma intenção por detrás da presença da igreja e do Estado nesses movimentos.

Apesar dos caminhos tortuosos pelos quais foram idealizadas essas assembleias, o fato é que foi o germe para o fortalecimento do Movimento Indígena que, em 1980, a partir da criação da União das Nações Indígenas (UNI), unem-se à frente do movimento líderes indígenas de variadas regiões do Brasil. Após a Constituição de 1988, que disciplinou a temática indígena em nove dispositivos no texto constitucional, podemos notar que foram momentos que marcaram a inserção dos indígenas de modo mais efetivo dentro da história. Em 1990, o movimento foi ainda mais fortalecido com articulações regionais e nacionais para se fazerem cumprir os artigos da lei.

Segundo Munduruku, o aspecto mais relevante desses dispositivos encontra-se no artigo 232 que traz “legitimidade processual aos índios, bem como a suas comunidades e organizações, na defesa de seus direitos e interesses, assegurada a intervenção do Ministério

Público em todos os atos do processo.” (Munduruku, 2012, p. 37). Notemos que foi um longo processo de consolidação do Movimento Indígena que levou à consolidação do protagonismo indígena. Segundo Munduruku:

(...) o Movimento Indígena brasileiro teve e tem caráter educativo sobre o qual procuro estruturar o foco -, não sendo apenas o que “se vê”, ou seja, ele é um instrumento legítimo na defesa dos direitos indígenas, estruturado em processo de autoformação e servindo também, em outra vertente desse mesmo caráter educativo, para mudar o olhar da sociedade brasileira, e mesmo do Estado, sobre os povos indígenas (Munduruku, 2012, p. 12).

Pelo excerto, podemos perceber a importância que o escritor concede ao caráter educativo do movimento indígena, a importância de se mudar o olhar para esses povos, conhecer o outro lado da história. Mais adiante, o escritor afirma que os seus escritos não têm caráter antropológico, também não é um tratado sobre os povos originários. Podemos inferir que se pretende demonstrar a percepção do escritor a respeito da história dos povos indígenas pelo olhar de um indígena. Um dos meios de mostrar essa percepção é a literatura, os indígenas tomam da “flecha” (escrita), vocábulo utilizado por vários escritores, para contarem suas histórias colocando essa literatura nas mesmas prateleiras em que o indiozinho é vendido para ser colorido como figura exótica, como sendo um “outro” desconhecido.

Assim como Almeida (2010), que traz à luz de seu texto a violência sofrida pelos indígenas ao longo da história, Munduruku (2012), no decorrer de sua obra, tanto ficcional como não ficcional, discorre sobre a violência sofrida pelos indígenas, com a concepção do “homem branco” de que eram seres desprovidos de conhecimento, povos selvagens, portanto, passíveis de extermínio, escravidão, assimilação e etnocídio.

Essa violência migra das páginas da história para as páginas da literatura, desde a literatura colonial, também nomeada como literatura de informação, cujo objetivo era informar à metrópole sobre as riquezas da fauna, flora e a visão sobre o povo da nova terra, ao ápice no estilo romântico, em que a solidão, a perda de sua cultura, morte, são colocadas como atitudes heroicas, normalmente, a serviço do colonizador. Temos um corpo sem voz, a serviço da legitimação de uma cultura que se tenta brasileira, mas que não pode retratar o índio das florestas por ser considerado bárbaro para os moldes de um herói. Esse indígena, considerado bárbaro, utilizava de estratégia para a sobrevivência, segundo Almeida (2010, p. 47), estabeleciam relações fluidas que construíam, tanto com outros grupos indígenas como com o colonizador, eram relações instáveis, comuns no período colonizatório. Grupos inimigos podiam se tornar aliados, caso houvesse um adversário em comum.

Diferentes povos indígenas da América participaram de guerras coloniais, mas diferentemente do que se apregoa como ingenuidade indígena, apesar de perderem muito, agiam de acordo com seus próprios interesses, por perpetuação. Alianças eram formadas e desfeitas, esses povos estavam em constante movimento, mudavam de lado, buscavam aquilo que lhes melhor convinha. Segundo Almeida (2010, p. 68), os índios aldeados, “mansos”, “selvagens”, de uma forma ou de outra, participaram dessas alianças. Segundo a autora:

Essa participação implicava em aproximações e alianças com vários outros agentes, tais como índios (aldeados ou não), comerciantes, autoridades, missionários etc., o que conduz à desconstrução da ideia de blocos monolíticos para se pensar sobre os índios dos sertões, índios das aldeias e não índios. As alianças e hostilidades entre eles eram flexíveis e complexas, podendo passar facilmente de um estado para outro (Almeida, 2010, p. 69).

Essas relações eram estabelecidas em acordos e em um cenário de violência. Por exemplo, os indígenas aldeados eram proibidos de certas práticas culturais em virtude da cristianização a qual eram submetidos, além de sujeitarem-se às regras do colonizador em troca de terras e proteção que eram estabelecidas nos acordos de paz. Todo esse cenário tinha como pano de fundo as contradições das leis que pululavam nesse período.

Tal indígena selvagem, cujos hábitos eram considerados primitivos, não poderia ser idealizado, era necessário a construção de uma outra imagem, aos moldes do “cavalheiro medieval”. Portanto, toma-se o corpo indígena e o estrangeiriza, com uma ideia de uniformização - o nacionalismo. O “cavalheiro medieval tupiniquim”, já domesticado, é capaz de morrer pelo colonizador.

O escritor Antônio Paulo Graça, na obra *Uma poética do genocídio* (1998), discorre sobre a importância de estender o genocídio na ficção “Não se exterminam, por séculos, nações, povos e culturas sem que, de alguma maneira, haja uma instância do imaginário que tolere o crime” (Graça, 1998, p. 25). As obras românticas, no seu viés indianista, não estão ilesas ao preconceito, racismo, extermínio. Os caminhos escolhidos pelos escritores, à época, são ambíguos, sinuosos, com verniz da exaltação dos povos originários, mas escondem em seu cerne o desejo de canonizar o índio inexistente em prol de uma nacionalização, uma cópia mal acabada da Europa no afã de se conceber uma literatura genuinamente nacional.

Desde a leitura das primeiras páginas das obras indianistas, o destino do indígena já está previamente traçado, no momento em que indígena e branco se encontram. Nesse encontro, sem desconsiderar a poeticidade dos textos, como é o caso do *O guarani*, de José de Alencar, o indígena abdica de sua cultura, suas crenças para um estado de servidão silenciosa ao colonizador. É um índio sem memória, passa a existir na medida em que passa a servir.



O heroísmo do indígena é exaltado quando toma posição a favor do colonizador. Trata-se da “tragédia narrativa que poetiza o cativo” (Graça, 1998, p. 44). Constrói-se, por meio da poética da morte, narrativas em que se busca criar uma história de unificação brasileira, em que se harmonizam colonizador e colonizado.

A memória nacional necessitava de um herói que retratasse uma nacionalidade digna dos padrões românticos. Na inexistência dessa imagem, considerada pretérita, o que havia era outra realidade, o embate, a guerra por poder e riquezas. Há um abismo na narrativa histórica entre o indígena, que poderia representar a nacionalidade brasileira, e o que simbolizava a barbárie.

Apesar das lutas, do genocídio, o esperado não aconteceu - os indígenas não desapareceram. Ao invés disso, continuaram a existir e hoje fazem parte do cenário político e literário do país. Na obra *Ideias para adiar o fim do mundo*, Krenak (2019) relata que foi questionado sobre a sobrevivência dos indígenas no país, uma vez que, em suas palavras: “Em 2018, quando estávamos na iminência de ser assaltados por uma situação nova no Brasil, me perguntaram: ‘Como os índios vão fazer diante disso tudo?’”, ao que respondeu “Tem quinhentos anos que os índios estão resistindo, eu estou preocupado é com os brancos, como que vão fazer para escapar dessa” (Krenak, 2019, p. 31). A escrita é um modo de resistência para os indígenas, suas vozes ecoam em suas linhas. Diferente da homogeneização, que caracterizava a cristianização, são as diferenças “que deveriam guiar o nosso roteiro de vida” (Krenak, 2019, p. 33).

No campo literário, temos a primeira escritora indígena brasileira a publicar no Brasil um poema “Ato de amor entre os povos”, de 1978, em forma de pôster, Eliane Potiguara inseriu no cenário nacional a sua voz insubmissa que lamenta e problematiza a história do Brasil, a busca pela manutenção da identidade indígena, o poder da ancestralidade para esses povos e a esperança de ver essa realidade modificada. Em 2004, com sua obra *Metade cara, Metade máscara* temos o que podemos chamar de “poética do deslocamento”, famílias indígenas que migraram no início do século XX, são invasões pretéritas e presentes. É o corpo indígena que passa a ser descrito de modo insubmisso, esse corpo-voz que irá fazer parte do cenário cultural do país.

A história de Eliane Potiguara, bem como outras narrativas indígenas é de deslocamento, de migração e violência contra o corpo indígena. Na obra, Eliane Potiguara clama às mulheres indígenas que retomem seus lugares de fala e, a partir de seu pioneirismo, levantam-se outras vozes como o exemplo que será dado neste estudo com Eva Potiguara.

Desde à colonização é negado um lugar no mundo aos indígenas e é por meio de sua poética e do engajamento político que escritores indígenas se inscrevem. A ancestralidade, a força da identidade indígena, a denúncia, a contação de histórias é algo que perpassa essa escrita. Eliane foi a precursora desse movimento na literatura e Eva Potiguara, uma de várias outras mulheres indígenas, mantém esses ideais em sua poética.

Na atualidade, podemos perceber que, além de profícuos escritores como Eliane Potiguara, Daniel Munduruku, Ailton Krenak, Eva Potiguara, Graça Graúna, há também a representatividade política, que forma a bancada do cocar, ao todo sete representantes, como as indígenas atuantes tanto no Congresso quanto nas redes sociais: deputadas federais Sônia Guajajara (PSOL-MG) e Célia Xakriabá (PSOL-MG). Relembrando que em 2018, apenas Joenia Wapichana (Rede-RR) conseguiu uma vaga na Câmara, tornando-se a primeira mulher indígena deputada federal. Antes dela, somente Mário Juruna (PDT-RJ) tinha exercido o cargo, entre 1982 e 1986. A representatividade indígena desponta no cenário nacional, mas, mesmo assim, a cultura indígena é pouco estudada no ensino.

### 3. EVA POTIGUARA – UM NOVO MODO DE VER O MUNDO

Na escrita de Eva Potiguara, como em outras obras indígenas, temos refletida a sua identidade. Com ancestralidade materna dos povos Tupi de Belém, em suas letras temos o que ela denomina de “Cânticos” em que estão presentes a cosmologia dos povos originários. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atua também como ativista e sua obra reflete os seus ideais de valorização da mulher indígena, o amor à mãe terra, a ancestralidade e o espaço de resistência na escrita.

Escolhemos em sua obra três poemas que refletem essa sua cosmovisão, porque acreditamos que trazer a escrita para o meu acadêmico é um modo de apresentar a visão indígena, diferente do índio à época da colonização retratado na história e literatura. Trazer as letras indígenas para a Educação é oportunizar aos indígenas os mesmos direitos à ficcionalização como acontece com os escritores brancos, que têm tradição nas letras dentro dos livros didáticos. Eis um dos poemas de Eva Potiguara:

Curando feridas

Quando a vida arde em labaredas,  
Podemos criar versos para chover sobre  
Nossas feridas abertas...  
Quando as cicatrizes nos lembram  
Suas trajetórias dolorosas,  
Criamos versos para cultivar sementes  
De flores em suas curvas e covas...  
Assim, vamos criando invernos e

Primaveras, desavessando a vida  
E a lida, curado férias,  
Cultivando jardins  
Sobre a carne viva  
De nossos sonhos feitos de fogo  
E jasmins...  
(Potiguara, 2022, p. 12)

No poema, os versos são criados para “chover sobre as feridas”, para o cultivo de sementes, para transformação de jardins. Por meio dos versos, há um processo de cura. Os versos transformam o caos, a desesperança em um futuro florido. Há dois momentos nessa escrita poética, em um momento temos vocábulos relacionados às dificuldades da vida: “labareda”, feridas abertas”, “cicatrizes”, “trajetórias dolorosas”, “carne viva”, e que, com a escrita, volta-se à esperança, expressada nos vocábulos: “sementes”, “flores”, “jardins”, “jasmins”. Os versos são um reflexo do que se pode produzir no futuro, em meio à vida que o eu poético representa como feridas. Há uma função lenitiva nessa escrita. A criação acontece a partir de um momento caótico, de destruição, de dor, mas que produz arte. É importante notar que as “labaredas”, colocadas no início do poema, é algo que desencadeia um momento ruim, todavia, no penúltimo verso temos “sonhos feitos de fogo”, já como uma carga positiva. O fogo como destruição e como criação.

Além do poder lenitivo da escrita, as letras rompem o silêncio. A escritora Graça Graúna utiliza a expressão “lugar-lar” para demonstrar a importância da inserção linguística, cultural, histórica e identitária como meio de reconstrução da história indígena: “O lugar-lar e sua construção na língua, portanto, é um dos meios pós-coloniais cruciais para lembrar (e assim juntar) os fragmentos de uma cultura/história/identidade estilhaçada e parcialmente perdida nos traços nômades e (não lugares), bem como os ditos e não ditos de diversos discursos” (Graúna, 2013, p. 10). Podemos perceber esse rasgo no silêncio em outro poema de Eva Potiguara:

Versos insubmissos  
  
O silêncio do opressor  
Usa máscaras...  
A dor comeu meu silêncio,  
Agora sou desmascarada!  
Sou a voz do vento no mato,  
Das feras e das águas.  
Meu canto é fogo,  
Que secou toda a lágrima  
Em versos insubmissos  
E alforriados!  
(Potiguara, 2022, p. 61)

No poema, a escritora potiguara personifica o “silêncio do opressor”, e a estratégia de ocultamento desse silenciamento. A verdade é que pouco se tem falado sobre escritores indígenas em sala de aula. Trata-se de um tema ainda pouco estudado apesar da Lei 11.645/2008, em que torna obrigatório o estudo da história e também da cultura dos povos indígenas no Brasil no ensino básico, como já dito anteriormente.

O estudo, de modo efetivo, da história e da cultura dos povos originários é necessária para a revisão de uma cultura de apagamento. Deve-se ressaltar a importância da ficcionalização neste ensino, uma vez que traz toda a cosmologia dos povos indígenas. A leitura da literatura indígena apresenta outros parâmetros, outra visão de mundo e seu poder encantatório é fruto desse modo de perceber a palavra, a escrita. Estão presentes nas narrativas ancestrais a sabedoria dos povos originários, os ritos, os conhecimentos sobre a medicina nativa, a oralidade. A contação de histórias faz parte dessa cosmovisão, assim como a valorização dos antepassados por meio dessa escrita.

Em Eva Potiguara, podemos notar que somente nos dois primeiros versos tem-se o silêncio mascarado do opressor, a partir do terceiro verso, a voz insubmissa do eu poético é revelada. Há também a personificação da dor, que ao invés de silenciar, impulsiona sua insubmissão. Há uma conjugação entre a voz e elementos da natureza, a voz também é personificada, ela é a voz “do vento”, “das feras”, “da água”. Sua escrita é seu canto de fogo.

Novamente, temos a escrita que traz à tona a insubmissão, que não se silencia. A escrita que exprime o corpo-voz. Essa escrita é um modo de repensar o passado, há na poética indígena uma postura de resistência porque insere as vozes silenciadas. Vejamos nos versos de Eva Potiguara como se faz essa escrita, como ela exprime seu corpo-voz em seu poema:

Corporeidade

A minha escrita  
Eu uso para dizer o que me cala.

A minha pele  
É um mapa de histórias colonizadas.

As minhas memórias  
São rios que teimam cobrir abismos.

As minhas vozes  
Desejam acordar ladrões de sonhos.  
(Potiguara, 2022, p. 73)

Neste poema, podemos perceber que “ele fala”, ele é um instrumento de resistência. A corporeidade que dá título ao poema vai se construindo em cada estrofe pela “escrita”, por “pele”, “memórias”, “vozes”. Há um vínculo entre esses elementos que trazem à tona a

identidade ancestral. Traz-se para a estética literária rastros da colonização, e essa temática está simbolizada na pele “mapa de histórias colonizadas”. A escrita faz parte deste eu poético, que se insere por meio de suas letras no mundo ficcional. O indígena encontra-se no “entre” dentro da sociedade brasileira, como nos versos também de outra indígena Potiguara, Eliane Potiguara: “Não somos daqui/ Nem de acolá.../ Estamos sempre ENTRE” (Potiguara, 2019, p. 63). O vocábulo entre, em letras maiúsculas, enfatiza o “entre-lugar”. Essas escritoras utilizam-se da palavra para se estabelecerem ficcionalmente em um espaço de fala, refletirem sobre a invasão do Brasil e seus reflexos na memória cultural do país.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho destaca a importância de se estudar a temática indígena no olhar do próprio indígena, como sujeito da narrativa e não objeto. Vimos, em um primeiro momento, um pequeno recorte histórico, a colonização/invasão, e como a visão do “índio de tinta e papel” é representada na literatura brasileira. Notemos que o apagamento do protagonismo indígena passa a ser revisto a partir do momento em que os próprios indígenas relatam as suas narrativas ancestrais e também passam a fazer parte do corredor político e cultural do nosso país.

Revisitar a literatura indianista sob uma outra perspectiva, reavaliar essa produção literária, escrita no período romântico, de autoria não indígena, fazendo um contraponto à escrita indígena, é um modo de recontextualizar a questão indígena no meio acadêmico. Com este trabalho, procurou-se demonstrar, na poética, cuja existência é tão importante no ambiente acadêmico, os dois lados de uma mesma história, porque são narrativas diferentes.

Além disso, procurou-se demonstrar a importância da pluralidade para que se possa ampliar a visão crítica. Os indígenas sofrem constantes ameaças nas esferas política, social, econômica desde a invasão do Brasil e hoje se levantam para reivindicar seus direitos, sendo um deles, de contarem suas próprias narrativas, e pudemos ver, na poética de Eva Potiguara, como isso pode ser feito e como a escola pode contribuir, trazendo as obras indígenas para a sala de aula.

### Referências bibliográficas

ALENCAR, J. 2012. *Iracema*. Editora: Melhoramentos: São Paulo.

ALENCAR, J. 2012. *O guarani*. Editora: Melhoramentos: São Paulo.

ALMEIDA, M. R. C. 2003. *Os índios na História do Brasil*. FGV: Rio de Janeiro.

Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 8, n. 1, 2024, p. 257-270

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.3.2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 2 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Este texto não substitui o publicado no DOU de 14.11.2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/114723.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114723.htm). Acesso em: 2 abr. 2024.

CANDIDO, A. 2000. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Editora Itatiaia: Belo Horizonte.

GRAÇA, A. P. 1998. *Uma poética do genocídio*. Toobook: Rio de Janeiro.

GRAÚNA, G. 2013. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Mazza Edições: Belo Horizonte.

JORNAL de poesia. Gonçalves Dias. Marabá. [S.l.:s.n.], [222-?]. Disponível em: <http://www.jornaldepoesia.jor.br/gdias02.html>. Acesso em: 03 jan. 2024.

JECUPÉ, K. W. 2020. *A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio*. Editora Peirópolis: São Paulo.

KRENAK, A. 2019; *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras: São Paulo.

MUNDURUKU, D. 2012. *O caráter do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. Paulinas: São Paulo.

POTIGUARA, E. 2019. *Metade cara, metade máscara*. Grumin: Rio de Janeiro.

POTIGUARA, E. 2022. *Abyayala Membyra Nhe'Engara: cânticos de uma filha da terra*. Uka: Lorena.

TETTAMANZY, A. L. L.; SANTOS, C. M. 2018. *Lugares de fala, lugares de escuta nas literaturas africanas, ameríndias e brasileira*. Zouk: Porto Alegre.